



**X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinalar a alternativa correta.
 - a) O Supremo Tribunal Federal não tem competência para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal, frente à Constituição Federal.
 - b) Os Estados podem instituir um sistema próprio de fiscalização e tutela *in abstracto* do direito objetivo positivado no texto constitucional federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça.
 - c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal ofensiva de norma constitucional estadual, quando essa reproduz dispositivo da Constituição da República, de observância obrigatória pelos Estados.
 - d) O único controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, que se admite, seja em face da Constituição da República, seja em face da Constituição Estadual, é o difuso.

2. Assinalar a alternativa correta.
 - a) As entidades beneficentes de assistência educacional não gozam de imunidade quanto à contribuição para a seguridade social porque, mesmo atendendo às exigências legais, não podem ser equiparadas às entidades beneficentes de assistência social.
 - b) Mesmo não se dedicando exclusivamente à filantropia, as entidades beneficentes de assistência social, que atendam às exigências estabelecidas em lei, gozam de imunidade quanto à contribuição para a seguridade social.
 - c) Só a lei complementar pode estabelecer as exigências que condicionam a imunidade das entidades beneficentes de assistência social, quanto à contribuição para a seguridade social.
 - d) As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, gozam de imunidade quanto a todos os tributos incidentes sobre o seu patrimônio, renda ou serviços.

3. Assinalar a alternativa correta.
 - a) A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia *ex tunc*, produzindo efeitos a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal a defere.
 - b) Excepcionalmente, para que não se frustrem os seus objetivos, a medida cautelar poderá revestir-se de eficácia *ex nunc*, desde que o Supremo Tribunal Federal expressamente assim o determine.
 - c) Embora a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, revista-se, ordinariamente, de eficácia *ex nunc*, poderá o Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, em decisão expressa, outorgar-lhe eficácia retroativa, com repercussão sobre situações pretéritas.
 - d) Tendo em vista as suas repercussões financeiras, a eficácia *ex tunc* é incompatível com a provisoriedade inerente à medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade.

4. Assinalar a alternativa correta.



- a) A pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho, goza de imunidade quanto aos tributos federais.
 - b) É vedada a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.
 - c) A imunidade conferida à pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, quanto aos impostos federais, estaduais e municipais, não é auto-aplicável, estando a depender de lei que fixará os termos e limites do benefício.
 - d) Os rendimentos de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, estão sujeitos à incidência do imposto de renda, nos termos da lei.
5. Assinalar a alternativa correta.
- a) Mesmo que não haja aumento de despesa, o Poder Legislativo não pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
 - b) O Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, desde que não importe aumento de despesa, se a emenda guardar estreita pertinência com o objeto do projeto e não invadir matéria que também seja da iniciativa privativa daquela autoridade.
 - c) Desde que não implique aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sem nenhuma limitação.
 - d) Mesmo havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
6. Assinalar a alternativa correta.
- a) Sendo garantia constitucional, o duplo grau de jurisdição assegura recurso para a instância hierarquicamente superior em todos os casos julgados originariamente pelos tribunais, independentemente de expressa previsão legal.
 - b) Os Estados podem estabelecer, em suas Constituições, a exigência de prévia autorização da Assembléia Legislativa para que o Governador e o Vice-governador se ausentem do país por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo.
 - c) Lei estadual não pode conceder anistia ou perdão para multas de trânsito por ser da União a competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.
 - d) O sigilo bancário, fiscal e telefônico não se revelam oponíveis às Comissões Parlamentares de Inquérito, cujas deliberações constituem derivação dos poderes de investigação que lhes foram conferidos pela própria Constituição da República e que por isso mesmo não dependem de qualquer fundamentação.
7. Assinalar a alternativa correta.
- a) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional retirando medida provisória ainda não votada, mas não pode ab-rogá-la por meio de nova medida provisória.
 - b) É lícita a reedição de medida provisória expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional, desde que se faça alguma modificação no seu texto, mesmo sem afetar os aspectos essenciais e intrínsecos daquela repudiada.
 - c) Se o Congresso Nacional não apreciar a medida provisória no prazo de trinta dias ela fica tacitamente aprovada, pelo decurso do prazo constitucional, com eficácia *ex nunc*.



- d) Os conceitos de relevância e de urgência, como pressupostos para a edição de medidas provisórias, decorrem, em princípio, do juízo discricionário de oportunidade e de valor do Presidente da República, mas admitem o controle judiciário quanto ao excesso do poder de legislar.
8. Assinalar a alternativa correta.
- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- b) Os chefes do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e os seus respectivos vices não precisam se desincompatibilizar para concorrer à reeleição, por uma única vez, no período subsequente, mas devem renunciar aos mandatos até seis meses antes do pleito para concorrer a outros cargos.
- c) É inelegível a pessoa que vive em regime de união estável com o chefe do Poder Executivo, sem casamento formal, porque o regime jurídico das inelegibilidades é de direito estrito.
- d) A suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal com trânsito em julgado não cessa com o cumprimento da pena, dependendo de reabilitação e de prova da reparação dos danos decorrentes do ilícito.
9. Assinalar a alternativa correta.
- a) A alteração de limites entre os territórios de dois municípios vizinhos, embora assemelhada ao desmembramento, depende de lei estadual e dispensa a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas.
- b) Os Estados têm competência para editar regras legais sobre controle e fiscalização do trânsito, inclusive para conceder anistia sobre multas impostas aos infratores e para autorizar menores a dirigir automóveis, nos limites do seu território.
- c) Nos crimes comuns, o Prefeito será processado e julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado, mas não necessariamente pelo Plenário ou Órgão Especial, podendo o regimento interno da Corte designar um órgão fracionário para proceder ao julgamento.
- d) Compete à Justiça Estadual, em primeiro grau, julgar Prefeito acusado de desvio de verba federal repassada ao município, mas o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.
10. Assinalar a alternativa correta.
- a) A decisão do Tribunal de Justiça que indefere o encaminhamento de pedido de intervenção federal no Estado, por alegado descumprimento de decisão judicial, está sujeita a recurso extraordinário.
- b) Partido político tem legitimidade para requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, intervenção em Estado, sob o argumento de que esse não adota providências para garantir a ordem e assegurar os direitos humanos, em município do seu território.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar pedido de intervenção federal, destinado a prover a execução de decisão judicial fundada em dispositivo legal infraconstitucional.
- d) Sendo o credor eventualmente preterido em seu direito de precedência no pagamento de precatório, o remédio cabível é o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito e não, desde logo, a intervenção federal, por descumprimento de decisão judicial.
11. Assinalar a alternativa correta.



- a) A parte interessada na causa somente pode dirigir-se ao Supremo Tribunal Federal, com pedido de intervenção federal, para prover a execução de decisão da própria Corte, devendo, quando se trate de decisão de Tribunal de Justiça, endereçar o requerimento de intervenção ao respectivo Presidente, a quem incumbe, se for o caso, encaminhá-lo ao Supremo Tribunal Federal.
- b) O sistema vigente não se mostra incompatível com o preenchimento de cargo vago na carreira mediante acesso ou aproveitamento, desde que a exigência do concurso público seja satisfeita posteriormente.
- c) O mandado de injunção pode ser utilizado como legítimo sucedâneo do mandado de segurança para anular ato administrativo que ofende direito constitucional cujo exercício pende de regulamentação.
- d) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público incorporam-se, em caráter irredutível, aos seus vencimentos e por isso devem integrar, em subseqüente operação, a base de cálculo para ulteriores gratificações.

12. Assinalar a alternativa correta.

- a) A regra que veda a acumulação remunerada de cargos públicos não impede a acumulação de proventos com vencimentos, pois o aposentado não ocupa cargo público.
- b) O Congressista investido no cargo de Ministro de Estado não perde o mandato, mas não pode invocar a prerrogativa de imunidade parlamentar, material e processual, em face de crime cometido no exercício da nova função.
- c) A imunidade material protege o congressista por atos praticados durante o período do mandato, dentro ou fora do recinto de sua Casa Legislativa, mesmo que desvinculados de funções parlamentares.
- d) A imunidade formal impede a prisão dos Congressistas, salvo em flagrante de crime inafiançável, e o processo criminal, nele incluída a investigação policial, sem a prévia licença de sua Casa.

13. Assinalar a alternativa correta.

- a) A garantia jurídico-institucional da imunidade parlamentar formal obsta a execução de pena privativa de liberdade definitivamente imposta a membro do Congresso Nacional.
- b) Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento, nos crimes comuns, perante o Supremo Tribunal Federal; nos crimes eleitorais, perante o Tribunal Superior Eleitoral; e perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- c) Ocorrendo a eleição do réu, o processo deve ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, imediatamente após a diplomação, ficando suspenso, enquanto durar o mandato do congressista, até que seja concedida licença da sua Casa Legislativa para prosseguir.
- d) A condenação criminal transitada em julgado acarreta a suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos, salvo se concedido o benefício da suspensão condicional da pena.

14. Assinalar a alternativa correta.

- a) A perda do mandato, por falta de decoro parlamentar, não pode ser aplicada sem a garantia da ampla defesa técnica, que necessariamente pressupõe a representação por advogado, devidamente habilitado.
- b) A norma que veda a reeleição para as Mesas das Casas Legislativas, no período imediatamente subseqüente, é de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais, porque se constitui num princípio constitucional estabelecido.



- c) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem o poder de ouvir indiciados, inquirir testemunhas, determinar a interceptação de comunicações telefônicas e ordenar prisões temporárias, quando imprescindíveis para o sucesso das investigações.
 - d) As Constituições dos Estados devem obediência às normas do processo legislativo estabelecido na Constituição Federal, que servem de modelo obrigatório para os legisladores das ordens jurídicas parciais.
15. Assinalar a alternativa correta.
- a) Uma emenda constitucional, porque emanada do poder constituinte derivado, incidindo em violação da Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - b) A tese de que há hierarquia entre as normas constitucionais, sejam originárias ou derivadas, é compatível com o sistema de Constituição rígida, sendo juridicamente impossível declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional.
 - c) As cláusulas pétreas podem ser invocadas para sustentar a inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face das normas constitucionais superiores, mesmo que elaboradas pelo próprio constituinte originário.
 - d) Só o Supremo Tribunal Federal, no caso concreto, pela via do controle abstrato, pode declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional ofensiva de norma editada pelo constituinte originário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Assinalar a alternativa correta.
- A autoridade administrativa, usando de sua competência discricionária, em hipótese prevista em lei, pratica determinado ato e declara o motivo que o justifica.
- a) A revelação dos motivos do ato discricionário é irrelevante, pois a lei confere atuação discricionária ao administrador.
 - b) O ato discricionário nunca perde tal condição, mesmo provada a inexistência do motivo.
 - c) A discricionariedade foi afastada da esfera administrativa pela Carta Política de 1988, pois todos os atos são plenamente vinculados.
 - d) Exposto o motivo, o ato administrativo discricionário tem a sua validade condicionada à verificação concreta do motivo declarado.
17. Assinalar a alternativa correta.
- A ação disciplinar administrativa caracteriza-se por:
- a) prescrever em vinte anos, qualquer que seja a penalidade prevista;
 - b) ser imprescritível em qualquer hipótese;
 - c) ser imprescritível no caso de violação dos deveres impostos pela lei de responsabilidade fiscal;
 - d) prescrever, no prazo previsto na lei penal, se o fato objeto da ação disciplinar configurar crime, sem resíduo administrativo.
18. Assinalar a alternativa correta.
- Em relação às agências reguladoras e à luz do sistema constitucional vigente, pode-se defini-las como:
- a) autarquias em regime especial, totalmente independentes em relação aos três poderes do Estado, dispondo de amplo poder regulador;



- b) autarquias em regime especial, totalmente independentes em relação aos três poderes do Estado, com poder regulador, absorvendo, na matéria, todas as atribuições antes concentradas no Executivo;
- c) autarquias em regime especial, relativamente independentes em relação aos três poderes do Estado, absorvendo, na matéria, algumas das atribuições antes concentradas no Executivo;
- d) autarquias em regime especial, relativamente independentes em relação ao Executivo e ao Legislativo, com poder regulador, absorvendo, na matéria, todas as atribuições antes concentradas no Executivo.

19. Em decorrência de um sinistro ocorrido no século XVII, afundou nas costas brasileiras, no limite das 12 milhas marítimas, um navio britânico com preciosa carga. A empresa britânica, sucessora da antiga companhia, requereu a autorização da União para pesquisa e remoção do navio e sua carga, provando só ter tomado conhecimento da localização dos destroços no ano de 1998, graças à sofisticação dos equipamentos.

Com estes dados fáticos, assinalar a alternativa correta.

- a) A autorização não é necessária e não pode ser negada, diante do disposto no art. 5º da Constituição Federal, que garante o direito de propriedade a brasileiros e estrangeiros.
- b) A autorização para pesquisa é necessária, mas deve ser negada, pois empresas estrangeiras não podem realizar tais atividades em território nacional.
- c) A autorização para pesquisa é necessária tanto para empresas nacionais quanto para estrangeiras e o seu deferimento insere-se na competência vinculada da autoridade, desde que ultrapassado o prazo quinquenal do Dec. 20.910/32.
- d) A autorização para pesquisa é necessária tanto para empresas nacionais quanto para estrangeiras, porque a defesa do patrimônio histórico e cultural brasileiro prevalece sob a propriedade privada, inserindo-se na competência discricionária da Administração.

20. Assinalar a alternativa correta.

No que respeita às terras devolutas é correto dizer que:

- a) terras devolutas são aquelas que, sendo particulares e disponíveis, não cumprem a sua função social;
- b) terras devolutas são terras particulares indisponíveis que, temporariamente, estão destinadas a uso público, como terrenos reservados;
- c) terras devolutas são terras públicas, integrantes da categoria de bens dominiais, indisponíveis ou não, sem qualquer destinação pública;
- d) terras devolutas são terras públicas que, por não terem destinação especial, podem ser livremente usucapidas.

21. Assinalar a alternativa correta.

No modelo administrativo brasileiro, o princípio da participação popular na gestão e controle administrativo:

- a) não se concretiza, visto que é meramente programático;
- b) concretiza-se unicamente na via judicial em função da publicidade dos atos administrativos;
- c) concretiza-se, entre outras hipóteses, nas consultas prévias, audiências públicas e plebiscitos;
- d) não se aplica, pois o sistema é democrático-representativo e não participativo.

22. Assinalar a alternativa correta.

Firmado regularmente o contrato administrativo, circunstâncias supervenientes revelam-no prejudicial ao interesse público. Neste caso:



- a) a Administração, para rescindir o contrato, necessita da concordância expressa do contratante e de homologação judicial;
- b) a Administração poderá unilateralmente rescindir o contrato sem indenização ao contratante, eis que o interesse público se impõe ao particular;
- c) a Administração pode rescindir unilateralmente o contrato com indenização à parte contratante;
- d) a Administração pública somente em juízo poderá rescindir o contrato com indenização ao contratante.

23. Assinalar a alternativa correta.

Em face de uma desapropriação de imóvel rural para reforma agrária, controvertem sobre o levantamento da oferta Flávio e Caio. O primeiro exhibe título dominial originário de compra e venda do Estado do Paraná, feita em 1950. Caio exhibe título imperial de 1822, concessão de sesmaria. A FUNAI ingressa nos autos dizendo que se trata, na realidade, de área pública, eis que existem vestígios de cemitério indígena no local.

Como juiz da causa e seguindo a orientação prevalecente na jurisprudência, o procedimento adequado será:

- a) a imediata suspensão da ação de desapropriação, até que definida a propriedade das terras em ação própria;
- b) a imediata extinção da ação de desapropriação, pois cabe ao promovente a exata identificação dos proprietários das terras;
- c) a imediata autorização, à Funai, do levantamento do depósito diante do disposto no artigo 231 da Constituição Federal, que defere aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam;
- d) a remessa dos litigantes Flávio, Caio e Funai às vias ordinárias para definição da titularidade das terras, deixando o depósito à disposição do Juízo.

24. A autoridade administrativa federal, na gestão dos recursos hídricos e da zona costeira, negou licenciamento para a construção de uma plataforma marítima e embarcadouro. O empreendedor, concluindo que a autorização municipal já obtida era suficiente, iniciou a obra.

Com base nesses fatos, assinalar a alternativa correta.

- a) A obra é irregular, pois as águas marinhas são bens públicos federais, necessitando sempre de licenciamento ambiental federal para as construções.
- b) A obra é regular, pois o licenciamento municipal é suficiente diante da unificação da gestão dos recursos hídricos.
- c) A autorização municipal é suficiente, pois a Lei 9.433/97 não se aplica às águas marinhas e, não havendo restrição de acesso ao público, é desnecessária a licença ambiental federal.
- d) A autorização municipal é suficiente, pois se trata de caso de peculiar interesse municipal.

25. Assinalar a alternativa correta.

O poder disciplinar é aquele de que está investida a administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades.

- a) O poder disciplinar é atividade administrativa absolutamente vinculada.
- b) O poder disciplinar é atividade administrativa totalmente discricionária.
- c) O poder disciplinar é atividade administrativa preponderantemente discricionária, podendo ser utilizado também contra os particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.



- d) O poder disciplinar é atividade preponderantemente vinculada e pode ser utilizado também contra particulares, desde que esses, de alguma forma, estejam sujeitos à disciplina administrativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Assinalar a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a exigência do depósito de parcela do tributo questionado, para a interposição de recurso administrativo, por ofender ao princípio constitucional da ampla defesa.
- b) É legal a exigência do depósito de parcela do tributo questionado, para a interposição de recurso administrativo, por ser compatível com o princípio constitucional do contraditório.
- c) É ilegal a exigência de garantia diversa do depósito do tributo questionado, para interposição de recurso administrativo, por ofender o princípio constitucional da ampla defesa e por ausência de norma jurídica que a contemple.
- d) É legal a exigência do depósito de parcela do tributo questionado, para a interposição de recurso de apelação, por ser compatível com o princípio da ampla defesa.

27. Assinalar a alternativa correta.

- a) O Código Tributário Nacional admite a retroatividade da lei em favor do contribuinte, desde que tenha havido suspensão da exigibilidade do tributo.
- b) O Código Tributário Nacional admite a retroatividade da lei em favor do contribuinte, nos casos ainda não definitivamente julgados.
- c) O Direito Tributário admite a retroatividade da lei em favor do contribuinte apenas nos casos não definitivamente julgados pela Administração Fazendária.
- d) O Código Tributário Nacional não admite a retroatividade da lei em favor do contribuinte, nos casos já definitivamente julgados pela Administração Fazendária.

28. Assinalar a alternativa correta.

- a) Não é possível a alteração *ex officio* do lançamento.
- b) É sempre possível a alteração *ex officio* do lançamento fiscal, já regularmente notificado ao sujeito passivo, mesmo sem impugnação ou recurso de ofício.
- c) É possível a revisão *ex officio* do lançamento para correção de erro de fato.
- d) É possível a revisão *ex officio* do lançamento para correção de erro de direito, decorrente de alteração de critério jurídico.

29. Assinalar a alternativa correta.

- a) Os bens do sócio de uma pessoa jurídica não respondem por dívidas fiscais da sociedade.
- b) O sócio que se afasta da pessoa jurídica, sem que ocorra a extinção da sociedade, não pode ser responsável por dívida tributária, mesmo no período em que foi seu administrador.
- c) O sócio da pessoa jurídica é responsável por dívida tributária da sociedade, contraída no período em que foi o seu gerente, se lhe incumbia o pagamento do tributo devido.
- d) Segundo a jurisprudência do STJ, o sócio-quotista só será solidariamente responsável por dívida fiscal da sociedade se agir com excesso de mandato, infringência à lei ou ao contrato social.

30. Assinalar a alternativa correta.

- a) O contribuinte não tem direito à obtenção de certidão negativa de débito, se deixou de recolher tempestivamente tributo sujeito a lançamento por homologação.



- b) O contribuinte tem direito à certidão positiva com efeitos de negativa, mesmo em caso de já estar sendo executado e ter tido bens penhorados na cobrança executiva.
- c) Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação e não tendo sido a exação recolhida no prazo, o contribuinte não terá direito à certidão negativa de débito mesmo que ele ainda não tenha sido objeto de lançamento de ofício.
- d) Não tem os mesmos efeitos da negativa a certidão onde conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

31. Assinalar a alternativa correta.

- a) A denúncia espontânea da infração exclui sempre a incidência da multa e dos juros moratórios, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido.
- b) A denúncia espontânea da infração exclui a incidência da multa e dos juros moratórios, mesmo que desacompanhada do pagamento, se houve parcelamento do tributo devido.
- c) A denúncia espontânea da infração afasta a incidência da multa, mas não a dos juros moratórios.
- d) A denúncia espontânea da infração exclui sempre a incidência da multa e dos juros moratórios, desde que, acompanhada do pagamento do tributo devido, tenha sido efetivada antes da penhora de bens do contribuinte.

32. Assinalar a alternativa correta.

- a) A falta de retenção do Imposto de Renda pela fonte pagadora de salários isenta o contribuinte-empregado do seu respectivo pagamento.
- b) A fonte pagadora de salários não é substituta tributária do contribuinte do respectivo Imposto de Renda, mas mera responsável subsidiária pela retenção e antecipação do recolhimento.
- c) A retenção do Imposto de Renda pela fonte pagadora dos salários isenta o contribuinte-empregado do seu pagamento e da inclusão no ajuste com a Administração Tributária.
- d) Assumindo o empregador o encargo de pagar o Imposto de Renda do empregado, esse fica isento da mesma obrigação tributária.

33. Assinalar a alternativa correta.

O terceiro responsável pelo crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional, pode excusar-se do seu pagamento, arguindo:

- a) o privilégio da excussão;
- b) não ser solidária a obrigação;
- c) caber verificar primeiro se é legal a obrigação principal do contribuinte;
- d) nenhuma das anteriores.

34. Assinalar a alternativa correta.

Na hipótese do IPI com fato gerador no mês de novembro, o prazo de decadência começa a ser contado a partir:

- a) do primeiro dia útil do mês de dezembro seguinte;
- b) do último dia de novembro;
- c) do primeiro dia do exercício seguinte;
- d) do primeiro dia após um ano da ocorrência do fato gerador.

35. Assinalar a alternativa correta.

- a) As isenções tributárias não podem ser restritas a determinada região do território da entidade tributante.



- b) As isenções tributárias não podem ser concedidas caso a caso, mesmo que o interessado cumpra os requisitos da lei.
- c) As isenções tributárias não podem ser concedidas por decreto do Chefe do Poder Executivo que tenha a iniciativa da matéria tributária.
- d) As isenções tributárias não podem ser concedidas por lei complementar.
36. Assinalar a alternativa correta.
- a) Tratando-se de rendimentos produzidos por atividade ilícita, decorrendo a validade dos atos jurídicos dos requisitos de agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei, é inadmissível o poder tributante exigir imposto cuja obrigação tem por fato imponible situação penalmente reprovável.
- b) Tratando-se de rendimentos produzidos por atividade ilícita, não incide Imposto de Renda, porquanto não descrito pelo legislador ato ilícito como elemento de hipótese de incidência.
- c) Tratando-se de rendimentos produzidos por atividade ilícita, a exigência tributária fica sobrestada até o pronunciamento declaratório da licitude da atividade.
- d) Tratando-se de rendimentos produzidos por atividade ilícita, é exigível o imposto, visto que a ilicitude dos atos praticados não interfere na relação tributária.
37. Assinalar a alternativa correta.
- a) A isenção é sempre revogável a qualquer tempo.
- b) A isenção é absolutamente irrevogável.
- c) A isenção é revogável, desde que, para o seu titular, não seja condicionada nem a termo.
- d) A isenção, uma vez concedida de forma genérica, aplica-se aos tributos criados depois de sua concessão, comportando interpretação ampliativa e integração.
38. Assinalar a alternativa correta.
- a) O princípio da anterioridade, aplicável aos tributos em geral, é mitigada em relação às contribuições de seguridade social.
- b) O princípio da anterioridade aplica-se aos tributos, mas não aos de competência da União em território federal não dividido em municípios.
- c) O princípio da anterioridade aplica-se aos tributos, mas não ao imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos.
- d) O princípio da anterioridade aplica-se aos tributos, mas não ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no art.155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar.
39. Assinalar a alternativa correta.
- a) O novo município, que se constitui pelo desmembramento territorial de outro, sub-roga-se nos direitos desse cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria, salvo lei em contrário.
- b) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- c) Segundo o Código Tributário Nacional, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, poderão ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- d) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
40. Assinale a alternativa correta.
- a) O crédito tributário é constituído pela ocorrência do fato imponible.



- b) O crédito tributário é constituído pela inscrição da dívida ativa, feita pela autoridade administrativa competente.
- c) O crédito tributário é regularmente constituído pela decisão administrativa em processo fiscal.
- d) O crédito tributário é constituído pelo lançamento feito privativamente pela autoridade administrativa competente.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. “Para a teoria XXX todo e qualquer erro que recaia sobre uma causa de justificação é erro de proibição, o que torna evidentemente impossível a condenação por fato culposo ou por excesso culposo, já que o erro de proibição, se inevitável, exclui a culpabilidade, tornando inviável qualquer condenação; se evitável, não impede a condenação, por fato doloso, mas inviabiliza a condenação por fato culposo, por não ser pensável um fato doloso, ao mesmo tempo culposo”.

Assinalar a alternativa que corresponde à teoria analisada na lição doutrinária acima transcrita e cuja denominação foi substituída pelo símbolo XXX.

- a) Teoria limitada da culpabilidade.
- b) Teoria da graduabilidade da culpabilidade.
- c) Teoria limitada do dolo.
- d) Teoria extremada da culpabilidade.

42. Assinalar a alternativa correta.

O Código Penal, em seu art. 20, parágrafo primeiro, dispõe que o erro sobre situação de fato, caracterizador das denominadas discriminantes putativas, torna o agente "isento de pena", ao passo que o art. 23 estabelece "não haver crime", quando o agente pratica o fato sob a guarda das denominadas discriminantes reais.

- a) As denominadas discriminantes putativas, por isentarem o agente de pena, excluem a culpabilidade, ao passo que as discriminantes reais afastam a ilicitude do fato.
- b) As denominadas discriminantes putativas, assim como as reais, afastam a culpabilidade do agente, não se lhe impondo pena.
- c) As denominadas discriminantes putativas excluem a tipicidade penal, enquanto que as discriminantes reais afastam a ilicitude da conduta.
- d) As discriminantes putativas admitem a diminuição da pena, no caso de erro evitável, ao passo que, para as discriminantes reais, o Código Penal prevê a possibilidade de desclassificação para modalidade culposa, se o fato for punível a título de culpa.

43. Assinalar a alternativa correta.

O agente AA, com vontade de matar seu inimigo BB, mune-se de faca, agredindo-o e nele causando várias lesões corporais. Para livrar-se da agressão, a vítima põe-se a correr, sendo perseguida pelo agressor. No curso da perseguição, AA passa a alvejar o fugitivo com tiros de revólver, errando-os todos e esgotando a carga de sua arma. Percebendo que a vítima vem a cair, exausta e bastante ferida pelos golpes de faca, já sem qualquer possibilidade de reação, para ela se dirige, com o ânimo de matá-la, passando novamente a empunhar sua faca. Quando se aproxima do inimigo prostrado, este lhe suplica que o deixe vivo. Além dessa circunstância, percebeu o agente que dois policiais faziam ronda nas proximidades do local. Sensibilizado pela súplica e, ao mesmo tempo, receoso de ser preso pelos funcionários públicos, caso visualizassem o fato, afasta-se do local, sendo a vítima,



logo após, socorrida pelos policiais e levada a um hospital onde vem a se restabelecer. Das indagações policiais respectivas, consta auto de exame de corpo de delito em que os peritos afirmam, de forma exaustiva e fundamentada, terem as lesões descritas causado perigo de vida em BB (por choque hipovolêmico grave), além de ter ficado internado no hospital, para tratamento, por mais de quarenta dias.

- a) O fato caracteriza hipótese de arrependimento eficaz.
- b) O agente AA deve ser condenado por tentativa de homicídio, ante a prática de vários atos informados pelo dolo de matar, eis não se ter consumado o resultado morte em decorrência de circunstância alheia a seu desiderato criminoso, isto é, receio de ser preso pelos policiais que faziam a ronda nas cercanias.
- c) A tentativa de homicídio apresenta-se caracterizada pelo inequívoco *animus necandi* com que agiu AA, não se consumando seu desiderato por circunstância alheia à sua vontade, ou seja, a súplica da vítima para que não a matasse.
- d) AA deve ser condenado por lesão corporal de natureza grave, decorrente de perigo de vida e incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias, eis haver desistido voluntariamente de prosseguir na execução de seu intento inicial.

44. Assinalar a alternativa correta.

- a) O crime de concussão, previsto no art. 316 do Código Penal, por exigir resultado material, é compatível com a forma tentada, consumando-se com a percepção da vantagem.
- b) O ocupante de cargo em empresa contratada ou conveniada para execução de atividade típica da administração pública, não pode ser considerado funcionário público para efeitos penais, diante do disposto no art. 327 do Código Penal.
- c) O crime de transportar arma de fogo, previsto na Lei nº 9.437/97, fica subsumido no contrabando, tipificado no art. 334 do Código Penal, pouco importando se a arma transportada for de uso proibido ou restrito, ou de uso permitido mediante autorização da autoridade.
- d) Para a configuração de tipicidade penal de peculato, fato contido na primeira parte do art. 312, *caput*, do Código Penal, é necessário que o agente pratique a conduta com o elemento subjetivo denominado *animus rem sibi habendi*.

45. Assinalar a alternativa correta.

Equipe médico-cirúrgica realiza procedimento destinado a retirar órgão duplo de homem vivo, para fins de transplante em receptor, ambos consencientes, em conformidade com os preceitos contidos na Lei nº 9.434/97.

(Lei nº. 9.434/97, art. 14. Remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições desta Lei: Pena ... *omissis*.)

Parágrafo 3º. Se o crime é praticado em pessoa viva, e resulta para o ofendido: - I - incapacidade permanente para o trabalho: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa ...

Parágrafo 4º. Se o crime é praticado contra pessoa viva e resulta morte: Pena – reclusão de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e multa ...

- a) Se ocorrer morte do doador, durante o procedimento, cirurgia na qual se tomaram todas as precauções necessárias destinadas para o êxito da remoção, embora todos os profissionais tivessem consciência do risco natural do tipo de cirurgia, o fato será punível a título de dolo eventual, tendo em vista o resultado contemplado na lei dos transplantes.
- b) Se ocorrer a morte do doador, durante o procedimento, causada por conduta negligente de um dos profissionais participantes da equipe médico-cirúrgica (habilitada na forma da lei),



o fato implicará imposição de pena por homicídio culposo, apenas para quem tenha concorrido para o evento letal.

- c) Se ocorrer morte do doador, decorrente de efeitos anestésicos perfeitamente previsíveis, a equipe médico-cirúrgica será responsabilizada a título de lesão preterdolosa.
- d) Se ocorrer lesão gravíssima no doador (incapacidade permanente para o trabalho), decorrente de erro cirúrgico ocasionado pelo rompimento de importante artéria, a pena impositiva ao chefe da equipe e ao médico executor da manobra errada, será de reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos e multa.

46. Assinalar a alternativa correta.

Em nosso Código Penal, mesmo diante da unidade objetiva do crime praticado por mais de um agente, exige-se, para a caracterização da co-autoria, a participação psicológica de cada um deles.

- a) No caso de concurso de agentes num mesmo fato, mas agindo com dolos diversos, cada qual será punido com a pena cominada para o tipo que corresponda a seu elemento psicológico.
- b) Embora todos tenham agido com o mesmo dolo, a pena de um deles será aumentada, se agia com previsão do resultado;
- c) As circunstâncias pessoais se comunicam a todos os co-autores, ante a unidade do fato, desde que conhecidas pelo partícipe ou partícipes.
- d) A expressão contida no art. 29 do Código Penal, “na medida de sua culpabilidade”, significa que cada um dos co-autores pode ser condenado por crime diverso.

47. Assinalar a alternativa correta.

Os crimes, quanto à conduta, positiva ou negativa, e quanto ao resultado, naturalístico ou normativo, podem ser compreendidos em uma das seguintes opções:

- a) os crimes omissivos próprios, assim como os crimes de mera conduta, por apresentarem estes últimos resultado meramente normativo, são incompatíveis com a definição de crime tentado;
- b) são compatíveis com a forma tentada tanto os crimes omissivos (denominação que implica sinonímia com os chamados crimes comissivos impróprios, tendo ambas as denominações a mesma abrangência conceitual), como os crimes de resultado naturalístico;
- c) os crimes comissivos de perigo abstrato são compatíveis com a forma tentada;
- d) os crimes omissivos próprios e os crimes de resultado naturalístico são compatíveis com a forma tentada.

48. Assinalar a alternativa correta.

A lei nº. 9.613/98 prevê a interdição de exercício de função pública, como medida a ser aplicada pelo juiz, ao reconhecer procedência de denúncia por crime de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos ou valores.

- a) A lei apontada prevê essa interdição como pena acessória, com duração igual ao dobro do tempo da pena privativa de liberdade imposta.
- b) A lei apontada prevê essa interdição como efeito da sentença condenatória, com duração igual ao dobro do tempo da pena privativa de liberdade imposta.
- c) A lei referida estabelece a medida de interdição como pena acessória pelo prazo correspondente ao da pena imposta, ainda que o sentenciado obtenha progressão para o regime aberto ou livramento condicional.
- d) A lei referida não estabelece a medida de interdição para dirigentes e gestores de pessoas jurídicas privadas.



49. Assinalar a alternativa correta.

O cirurgião FF, residente em Londrina, membro titular do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (autarquia federal), na condição de instrutor de processo ético-disciplinar em curso nesse Conselho, pratica crime previsto na Lei nº. 4.898/64, art. 3º, (“*Constitui abuso de autoridade qualquer atentado contra*”) alínea j, (“*atentar contra direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional*”), cerceando atividade do médico AA, na cidade de Londrina. Este, na condição de pesquisador vinculado, com dedicação exclusiva, à *Fundação Pela Saúde Pública*, sediada em Florianópolis, instituída pelo Estado de Santa Catarina, realizava, no desempenho de suas funções, pesquisa sobre endemia rural no referido município paranaense.

- a) O juízo estadual de primeiro grau de Florianópolis é o competente para julgar FF, por terem sido atingidos os interesses de pesquisa de Fundação com sede nessa Capital.
- b) O juízo federal de primeiro grau da Circunscrição de Londrina é o competente, *ratione materiae* e *ratione loci*, para processar e julgar o agente FF.
- c) O juízo estadual de primeiro grau da Comarca de Londrina é competente, *ratione materiae* e *ratione loci*, para processar e julgar FF.
- d) O juízo federal de primeiro grau da Circunscrição de Curitiba é competente para processar e julgar FF, membro do Conselho Regional de Medicina do Paraná, por ser autarquia federal com atribuições em todo o Estado.

50. Assinalar a alternativa correta.

O Ministério Público Federal denuncia AA, na Circunscrição de Uruguaiana, RS, por haver, na localidade de Garruchos, então município de São Borja, produzido dolosamente a morte de policial federal, logo depois que o prendera em flagrante, nesse local, por estar vendendo bens contrabandeados, além de não ter recolhido o ICMS correspondente às vendas feitas. Após o recebimento da denúncia, mas antes da designação de dia para interrogatório, Garruchos foi elevada à condição de Município, passando a fazer parte da Circunscrição de Santo Ângelo, RS, da Justiça Federal. O novo Município, no entanto, permaneceu integrando o território da Comarca de São Borja, da Justiça Comum Estadual.

- a) Em decorrência das regras que disciplinam o fenômeno processual da conexão, o Juiz Federal de Santo Ângelo, RS, presidente do tribunal do júri, é o competente para processar os três delitos imputados ao réu.
- b) Em decorrência das regras que disciplinam o fenômeno processual da conexão e da *perpetuatio jurisdictionis*, cabe ao Juiz Federal de Uruguaiana, com competência para presidir o tribunal do júri, processar os três delitos imputados ao réu.
- c) O Juiz Federal de Uruguaiana é competente para processar e julgar, exclusivamente, o crime de contrabando, cabendo ao Juiz Estadual da Comarca de São Borja, presidente do júri, a competência quanto ao homicídio e à sonegação de ICMS.
- d) O Juiz Estadual de São Borja, por seu tribunal do júri, deve julgar o crime de sonegação de ICMS, conexo com o crime de homicídio, cabendo ao juízo de Santo Ângelo processar e julgar o crime de contrabando.

51. Assinalar a alternativa correta.

Procurador da República com atuação em Florianópolis, fora do uso de suas atribuições e por motivos particulares, discute e entra em luta corporal com Delegado da Polícia Federal, em Londrina, na sede dessa repartição pública, vindo a feri-lo com golpes de bengala. A vítima, levada para tratamento em Curitiba, não resistindo à gravidade das lesões, vem a morrer.



- a) O réu deve ser julgado pelo tribunal do júri da Justiça Estadual em Londrina.
- b) O réu deve ser julgado pelo tribunal do júri da Justiça Federal em Curitiba.
- c) O réu deve ser julgado pelo tribunal do júri da Justiça Estadual em Curitiba.
- d) O réu deve ser julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em razão de prerrogativa de função.

52. Assinalar a alternativa correta.

AA, diretor de cadeia pública estadual, em Santa Maria, RS, permitiu, em vinte oportunidades diversas, mediante pagamento de propinas, que presos, sob sua custódia, passassem o final de semana em suas residências. Essa autorização foi dada a quinze condenados pela Justiça Estadual de Santa Maria e cinco pela Justiça Federal de Porto Alegre. A denúncia capitulou a conduta de AA no crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva.

- a) A competência para processar e julgar AA, quanto a todos os fatos, recai na Justiça Estadual de Santa Maria.
- b) A competência para processar e julgar AA, quanto a todos os fatos, recai na Justiça Federal de Santa Maria.
- c) A competência para processar e julgar AA é da Justiça Federal de Santa Maria, quanto aos fatos relativos aos réus condenados pela Justiça Federal, e da Justiça Estadual de Santa Maria, quanto aos fatos relativos aos réus condenados pela Justiça Estadual.
- d) A competência para processar e julgar AA é da Justiça Federal de Porto Alegre, quanto aos fatos relativos aos réus condenados pela Justiça Federal, e da Justiça Estadual de Santa Maria, quanto aos fatos relativos aos réus condenados pela Justiça Estadual de Santa Maria.

53. Assinalar a alternativa correta.

O réu AA é condenado por Juiz Federal de primeiro grau, à pena de 9 (nove) meses de detenção, por prática de declaração falsa sobre rendas, com o fito de eximir-se de pagamento de tributos federais e estaduais. O fundamento da sentença repousa no art. 2º, I, da Lei nº 8.137/90 - que comina pena de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos de reclusão e multa. O Ministério Público fica silente ante a decisão, ao passo que o acusado interpõe apelo para o Tribunal Regional Federal, invocando nulidade absoluta no processo-crime a que respondeu, decorrente de inépcia da inicial. A Corte de segundo grau acolhe a nulidade, ressaltando a possibilidade de oferecimento de nova denúncia. Os autos retornam ao juízo de origem, tendo o novo representante do *parquet* federal pedido arquivamento do feito, em relação ao fato que dizia respeito a tributo da União, no que é atendido pelo juízo. Remetidos os autos à Justiça Estadual, o Promotor de Justiça oferece nova denúncia, com base nas mesmas provas, imputando ao acusado prática de falsificação de nota fiscal a fim de reduzir ICMS, capitulando o fato no art. 1º, III, da Lei nº 8.137/90, e pedindo a condenação às penas nesta cominadas, isto é, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa.

- a) O Promotor de Justiça agiu corretamente ao oferecer denúncia ao juízo estadual, pois, ante a inexistência de crime sujeito à jurisdição federal, a Justiça do Estado passava a ser a competente. Além do mais, esta Justiça não ficava vinculada à pena imposta na primeira decisão, considerada inexistente, pois não havia crime a ser julgado em relação a tributo federal, e por não poder o Juiz Federal julgar crime por sonegação de tributo estadual.
- b) O Promotor de Justiça agiu corretamente ao oferecer denúncia ao juízo estadual, pois, ante a inexistência de crime sujeito à jurisdição federal, a Justiça do Estado passava a ser



- competente. No entanto, a pretensão condenatória ficará necessariamente vinculada, no máximo, à pena imposta na sentença anulada.
- c) Cabia ao Procurador da República oferecer nova denúncia ao juízo federal competente, apenas quanto ao crime de sonegação de tributo estadual, solução essa decorrente do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, ficando, no entanto, vinculado o juízo à pena anteriormente imposta, em razão de se manter a mesma linha jurisdicional.
 - d) Cabia ao Procurador da República, diante da *perpetuatio jurisdictionis*, oferecer nova denúncia ao juízo federal, mas apenas pela sonegação de ICMS, não ficando o juízo vinculado à pena anterior, por ter sido imposta com base em acusação inexistente.

54. Assinalar a alternativa correta.

O delegado federal AA pratica ato ilegal, apreendendo bens vinculados legitimamente a um suspeito de falsidade de documentos particulares que teria praticado crime de estelionato contra estabelecimento bancário comum. O investigado afronta a autoridade policial, apodando-o de "*ignorante e mal-intencionado, desejoso de, com o seu ato ilegal, procurar obter oferta de propina*". Como o delegado desse voz de prisão em flagrante por delito de desacato, e desenvolvesse atos coativos à liberdade do investigado a fim de cumprir sua ordem, este passou a esmurrá-lo repetidamente, causando-lhe lesões corporais, sendo, somente a muito custo, detido e recolhido a uma cela por efeito da intervenção de vários policiais que ao fato assistiam.

- a) Cabe a juiz federal, ante inexistência de ação penal, conhecer da impetração de *habeas corpus* destinada a obter a libertação do paciente.
- b) Cabe a juiz estadual, ante inexistência de ação penal, conhecer da impetração de *habeas corpus* destinada a obter a libertação do paciente.
- c) Cabe ao Tribunal de Justiça Estadual conhecer da impetração de *habeas corpus* destinada a trancar a ação penal, ante alegação de não haver, na conduta do acusado, imputação de fato cujo julgamento seja da competência de juízo federal.
- d) O juiz federal deve julgar-se incompetente para apreciar a impetração, pois o crime que se investigava era de competência da justiça estadual.

55. Assinalar a alternativa correta.

O acusado AA, após citado pessoalmente, foge do distrito da culpa, tendo sido decretada sua revelia. O prazo do art. 500 do Código de Processo Penal é cumprido com exatidão pelo defensor dativo. Enquanto conclusos os autos, o réu comparece a juízo, fornecendo seu novo endereço. Vem então proferida sentença, de conteúdo condenatório, havendo interposição de apelo ao segundo grau, mas somente pela defesa. Nesse recurso alega-se exclusivamente nulidade do processo.

- a) O tribunal deverá negar provimento ao apelo, porque a falta de interrogatório constitui nulidade relativa, não tendo sido demonstrado, ademais, prejuízo para o acusado.
- b) O tribunal deverá negar provimento ao apelo, porque a falta de interrogatório constitui nulidade relativa, suprida exemplarmente pela defesa técnica, além de ter sido respeitado inteiramente o princípio da ampla defesa.
- c) O tribunal deverá proclamar a nulidade do processo, por entender que, embora meramente anulável o feito por falta de interrogatório, ficou demonstrado o prejuízo para o réu, por ter sido condenatória a sentença apelada.
- d) O tribunal deverá proclamar a nulidade absoluta decorrente de lesão ao disposto no art. 564, III, *e*, do Código de Processo Penal, e porque, para preservar o princípio constitucional da ampla defesa, além da defesa técnica, há de se dar ensejo de auto-defesa ao acusado, a ser exercida já no interrogatório.



56. Assinalar a alternativa correta.

- a) O prazo para oferecer defesa preliminar, antecedente ao recebimento da denúncia, é de 3 (três) dias para o agente acusado de prática de crime de responsabilidade funcional afiançável e de 5 (cinco) dias para agentes detentores de prerrogativa de função submetidos a processo perante tribunal de segundo grau.
- b) O prazo para a interposição de agravo de despacho denegatório de seguimento de recurso especial ou recurso extraordinário é de 10 (dez) dias.
- c) O prazo para pedir diligências, em processo de competência de tribunais, para processar agentes públicos com prerrogativa de função é de 3 (três) dias.
- d) Além da certidão de intimação de despacho denegatório de seguimento de recurso especial ou recurso extraordinário, o agravo que o ataca deverá obrigatoriamente ser instruído com a comprovação da data de intimação do acórdão de que se interpôs o recurso especial ou recurso extraordinário.

DIREITO CIVIL

57. Sobre a eficácia da lei no tempo (retroatividade das leis), assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Deve-se entender por irretroatividade da lei o princípio segundo o qual esta se aplicará somente aos atos futuros, como tais entendidos aqueles ocorridos após sua promulgação.
- b) O direito que só poderá ser exercido após o advento de um termo pré-estabelecido ou a ocorrência de determinada condição inalterável não pode ser prejudicado por uma lei nova.
- c) A nova lei, que estabelece princípios de direito público ou de ordem pública, não poderá atingir quaisquer direitos individuais cujo titular já possa exercê-los, ou para cujo início de exercício exista termo prefixado, porque tais direitos reputam-se adquiridos.
- d) Se o exercício do direito depende da ocorrência de evento condicional suspensivo, sem que o advento da condição possa estar na dependência da vontade de terceiro, reputa-se adquirido tal direito e a nova lei não o poderá prejudicar.

58. Sobre a eficácia da lei no tempo, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) A revogação expressa pode ser geral (derrogação) ou parcial (ab-rogação).
- b) Ocorre revogação tácita quando existe incompatibilidade entre os dispositivos da nova lei com os da lei anterior.
- c) No sistema legal brasileiro, a continuada inobservância ou o desuso da lei não acarretam sua revogação.
- d) A lei posterior, que inova disposições gerais ou especiais, a par das existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, a menos que assim o estabeleça.

59. Sobre cláusula penal, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Estipulada a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, o credor poderá escolher entre fazer valer a cláusula ou, alternativamente, a obrigação.
- b) Se a cláusula penal for estabelecida para o caso de inexecução de determinada cláusula especial, o credor poderá exigir a satisfação da cláusula cumulativamente com a da obrigação principal.
- c) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- d) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que se vença o prazo da obrigação e tenha ele sido constituído em mora pelo credor.

60. Sobre prescrição e decadência, assinalar a alternativa INCORRETA.



- a) Não pode haver ações imprescritíveis ou perpétuas, para evitar a intranquilidade que a perenização do direito acarreta para o meio social.
- b) O prazo para propositura de determinada ação será prescricional, sempre que a ação para assegurar o direito correspondente objetive condenar o réu a uma prestação.
- c) Determinado prazo fixado em lei para a propositura de determinada ação será decadencial, sempre que a ação para realizar o direito correspondente objetive produzir sentença constitutiva.
- d) São imprescritíveis as ações constitutivas que não têm prazo de exercício fixado em lei.

61. Sobre a classificação dos bens, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Os navios são bens móveis passíveis de hipoteca.
- b) Os tesouros enterrados no solo, à semelhança dos minérios e dos fósseis em jazida, são bens imóveis.
- c) O direito à sucessão aberta em que o decujo só possuía móveis em seu patrimônio é bem imóvel.
- d) Uma junta de bois empregada na tração do arado destinado à exploração agrícola é imóvel.

62. Sobre a teoria geral dos fatos jurídicos, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) O que caracteriza o ato-fato jurídico é tratar-se de ato humano avolitivo que entra no mundo jurídico como fato.
- b) No ato-fato jurídico a vontade do agente não integra o suporte fático, razão pela qual o louco pode praticá-lo eficazmente.
- c) O ato-fato é um fato natural a que se atribui os mesmos efeitos dos atos humanos.
- d) No ato-fato é irrelevante que o agente queira ou não praticar o ato, bastando que o pratique para que o ato exista e produza efeitos.

63. Relativamente à *mora debitoris*, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Para que exista mora, é necessário que ocorra retardamento culposo no cumprimento de obrigação possível de ser realizada, por parte do devedor.
- b) A constituição em mora é essencial nas obrigações provenientes de ato ilícito.
- c) Não constitui mora, mas inadimplemento absoluto, o fato de, por causa da mora, a prestação se tornar inútil ao credor, inviabilizando o cumprimento tardio da obrigação.
- d) Nas obrigações de abstenção, o devedor incorre em mora ao praticar o ato de que devia abster-se, independentemente de interpelação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

64. Assinalar a alternativa correta.

- a) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse, legitimidade *ad causam* e capacidade para estar em juízo.
- b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da certeza jurídica sobre a existência ou inexistência de fatos controvertidos, salvo quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- c) A pessoa, física ou jurídica, por qualquer motivo privada do pleno exercício dos seus direitos, carece de capacidade para ser parte formal em processo litigioso.
- d) O curador especial tem legitimidade para opor embargos à execução, desde que o executado, citado por edital, tenha ficado revel.

65. Assinalar a alternativa correta.



- a) O marido só necessita do consentimento da mulher para propor ou contestar ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- b) Salvo nos casos de comosse ou de ato praticado por ambos, é dispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu, nas ações possessórias.
- c) Nas ações populares, a União deve ser citada na pessoa do Advogado-Geral da União, exceto em questões de natureza fiscal.
- d) Verificando a irregularidade da representação do réu, o juiz marcará prazo razoável para ser sanado o defeito, sob pena de nulidade do processo.
66. Assinalar a alternativa correta.
- a) A condenação do litigante de má-fé ao pagamento de multa, honorários advocatícios e despesas processuais pressupõe pedido expresso da parte contrária.
- b) Os honorários advocatícios devem corresponder a percentual sobre o valor da causa, admitindo-se, porém, a fixação em quantia determinada ou em salários mínimos.
- c) Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.
- d) No julgamento da exceção de incompetência, o juiz condenará o vencido a pagar as despesas da parte contrária e os honorários advocatícios proporcionais ao incidente.
67. Assinalar a alternativa correta.
- a) Nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, inclusive as autarquias, os honorários advocatícios podem ser fixados em percentual sobre o valor da condenação.
- b) Ainda que vencedor, o réu será condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, se tiver dilatado o julgamento da lide, deixando de argüir na resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) Fazendo prova de ser integrante de sociedade devidamente registrada na OAB, o advogado pode procurar em juízo, sem a apresentação do instrumento de mandato.
- d) Atuando em causa própria, o advogado está dispensado de declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço em que receberá as intimações, salvo quando houver órgão de publicação dos atos oficiais.
68. Assinalar a alternativa correta.
- a) Conta-se o prazo para a interposição de recurso da data em que a sentença é publicada no órgão oficial, salvo quanto aos advogados com domicílio fora do juízo.
- b) Não se aplica às nulidades absolutas a regra de que a nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- c) É facultativa a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, mas obrigatória naquelas em que há interesses de incapazes.
- d) O prazo para resposta começa a correr, quando houver vários réus, da data em que tiver sido cumprida a última citação, salvo quanto aos litisconsortes citados por edital.
69. Assinalar a alternativa correta.
- a) O valor da causa, quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, será igual à soma das prestações, mesmo sendo a obrigação por tempo determinado, superior a um ano.
- b) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, mesmo com o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.



- c) Extingue-se o processo, com julgamento de mérito, quando o juiz indefere a petição inicial, por verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.
- d) Recebida a petição inicial, é vedado ao juiz, sem provocação do réu, voltar a decidir sobre as condições da ação para extinguir o processo, sem julgamento de mérito.

70. Assinalar a alternativa correta.

- a) É permitida a cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu, num único processo, ainda que entre eles não haja conexão, desde que sejam compatíveis entre si, seja competente para conhecer deles o mesmo juízo e seja adequado para todos o mesmo tipo de procedimento.
- b) A incompetência absoluta pode ser argüida por meio de exceção e, neste caso, suspende o curso do processo, até que seja definitivamente julgada.
- c) Em caso de litisconsórcio passivo, computar-se-á em quádruplo o prazo para responder e em dobro para recorrer, bem como, de modo geral, para falar nos autos.
- d) Verificando que a exceção de suspeição não tem fundamento legal, o juiz determinará o seu arquivamento, condenando o excipiente nas custas do processo.

71. Assinalar a alternativa correta.

- a) Os prazos correrão independentemente de intimação contra o réu que não contestar a ação, salvo quanto às questões que o juiz deva apreciar de ofício.
- b) A legitimidade para promover a ação declaratória incidental é privativa do autor e do réu, não se estendendo aos assistentes simples.
- c) Quando a questão de mérito for unicamente de direito, o juiz decidirá em forma concisa, sendo-lhe vedado, porém, proferir sentença ilíquida.
- d) Verificando a litispendência ou a coisa julgada, o juiz extinguirá o processo, sem julgamento de mérito, por impossibilidade jurídica do pedido.

72. Assinalar a alternativa correta.

- a) Em face do princípio da singularidade, havendo questão constitucional, o único recurso cabível será o extraordinário, mesmo que a decisão contenha também fundamento de natureza infraconstitucional.
- b) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso, exceto quando houver pedido de efeitos infringentes.
- c) Ainda que intempestivamente interposta, a apelação devolve ao Tribunal o conhecimento das condições da ação, decididas ou não no juízo de primeiro grau, por se tratar de matéria insuscetível de preclusão.
- d) Salvo no caso de agravo de instrumento, o recurso só se considera interposto quando protocolado tempestivamente em repartição judiciária, mesmo que tenha sido postado no correio dentro do prazo legal.

73. Assinalar a alternativa correta.

- a) Na execução fiscal, quando a ciência da penhora for pessoal, o prazo para a oposição dos embargos inicia-se no dia seguinte ao da intimação do devedor e não da juntada do mandado de citação aos autos.
- b) Existindo prova inequívoca da verossimilhança da alegação, pode o juiz, a requerimento da parte, nas ações de repetição do indébito, determinar a compensação de tributos para evitar o dano irreparável ao direito do autor.
- c) É cabível a extinção do processo de execução fiscal pela falta de localização do devedor ou inexistência de bens penhoráveis, desde que a parte credora, apesar de intimada, tenha deixado o feito ficar parado durante mais de um ano.



d) A execução fiscal contra a Fazenda Pública, quando baseada em título extrajudicial, rege-se pelas disposições da lei específica e não pelas regras gerais do Código de Processo Civil.

74. Assinalar a alternativa correta.

- a) As medidas cautelares, preparatórias e incidentais, concedidas liminarmente ou não, perdem a sua eficácia com a sentença que extingue o processo principal, tanto julgando a ação procedente quanto julgando-a improcedente.
- b) As medidas cautelares caracterizam-se pela fungibilidade, podendo o juiz conceder medida diversa daquela pedida pelo autor, sempre que esta lhe pareça mais adequada às circunstâncias do caso concreto.
- c) A concessão de mandado de segurança em favor de funcionário público produz efeitos pecuniários desde a data do ato coator, autorizando a execução imediata nos próprios autos.
- d) A interposição tempestiva de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso de mandado de segurança contra omissão de autoridade.

75. Assinalar a alternativa correta.

- a) Os partidos políticos, as organizações sindicais e as sociedades civis legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano têm legitimidade para promover ações civis públicas em defesa dos seus membros ou associados.
- b) Todos os legitimados para promover a ação civil pública, inclusive os órgãos públicos, poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações.
- c) A apelação contra a sentença que julga procedente a ação civil pública deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, podendo o juiz, todavia, conferir-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte.
- d) Salvo no caso de improcedência, a sentença na ação civil pública não faz coisa julgada contra todos, podendo o autor intentar nova ação com o mesmo fundamento.

76. Assinalar a alternativa correta.

- a) O simples dano ao erário não pode ser considerado como lesivo a interesses ou direitos coletivos, carecendo, portanto, o Ministério Público de legitimidade para promover ação civil pública objetivando a defesa do patrimônio público.
- b) Mesmo não sendo unânime o julgado, os únicos recursos cabíveis serão o especial e o extraordinário, se o acórdão estiver fundamentado em súmula do próprio tribunal ou de tribunal superior.
- c) Recebida a apelação, é facultado ao juiz reformar a decisão recorrida, inclusive no caso de indeferimento da petição inicial, ficando prejudicado o recurso, que não precisará ser encaminhado ao tribunal competente.
- d) Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante no tribunal, o relator poderá negar seguimento ao recurso, mas só poderá dar-lhe provimento se estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

77. Assinalar a alternativa correta.

- a) O relator poderá, a requerimento do recorrente, sendo relevante a fundamentação e para afastar risco de dano irreparável, atribuir efeito suspensivo a qualquer recurso, mesmo nos casos em que a lei determine o recebimento só no efeito devolutivo.



- b) Se o tribunal regional federal, no exercício da sua competência originária, denegou mandado de segurança negando vigência a lei federal, o recurso cabível é o especial, mas se o fez contrariando dispositivo da Constituição, o recurso adequado será o extraordinário.
- c) O princípio do juiz natural impõe o julgamento da causa pelo juiz competente no momento da propositura da ação, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado, promovido ou aposentado.
- d) Os atos processuais só podem ser validamente praticados em dias úteis, dentro do horário de expediente, exceto a citação, que pode ser realizada inclusive nos domingos e feriados, das seis às vinte horas.

78. Assinalar a alternativa correta.

- a) O princípio do contraditório assegura a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição, que implica submeter todos os atos judiciais ao controle das instâncias superiores, por meio dos recursos a ele inerentes.
- b) Mesmo depois de feita a citação, pode o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, com o consentimento do réu; em nenhuma hipótese, porém, isso será permitido, após o saneamento do processo.
- c) Salvo quando feita para evitar o perecimento de direito, a citação durante o período das férias forenses é válida e o prazo para resposta começa a correr da data da juntada aos autos do mandado cumprido.
- d) A assistência pressupõe interesse jurídico no julgamento e a concordância do assistido, mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra, até ser proferida a sentença.

DIREITO COMERCIAL

79. Sobre o contrato de *factoring*, assinalar a alternativa correta.

No contrato de faturização, o endosso de duplicata pelo faturizado à faturizadora constitui:

- a) ato cambiário pelo qual o endossante se coobriga regressivamente pelo pagamento do título por parte do sacado;
- b) contrato de cessão civil de créditos;
- c) negócio jurídico unilateral cambiário com a cláusula “sem garantia”, expressa ou presumida, por ser referido endosso meio de cumprir contrato de cessão do crédito representado pelo título;
- d) negócio jurídico bilateral entre endossante e endossatário.

80. Sobre a duplicata como título executivo, assinalar a alternativa correta.

Se o sacado, ao ser-lhe apresentada a duplicata, inscreve no título que recusa o aceite por ter recebido a mercadoria com vício oculto, o portador:

- a) poderá promover a execução do título, caso comprove a entrega da mercadoria e tenha levado a efeito o protesto do título;
- b) tem ação ordinária para discutir as causas da recusa do aceite do título;
- c) só poderá mover ação ordinária de cobrança do crédito representado na duplicata;
- d) poderá sacar triplicata e levá-la a protesto, objetivando a ulterior propositura de execução, comprovada a entrega da mercadoria.

81. Assinalar a alternativa INCORRETA.

Nas sociedades por cotas, de responsabilidade limitada:

- a) o sócio que integralizou sua cota poderá ser chamado a responder pelas cotas não integralizadas, em caso de falência;



- b) tendo todos os sócios integralizado suas cotas, o sócio não poderá jamais ser chamado a responder com seus bens particulares, nem em execução singular, nem em coletiva;
- c) se a sociedade, com base em permissivo contratual, distribuir aos sócios valores que reduzam o capital realizado, os sócios não são obrigados a repô-los, se todos tiverem integralizado suas cotas;
- d) se o sócio praticou atos com infringência à lei ou ao contrato social, seu patrimônio pessoal responde perante os credores da sociedade, ainda que o capital social tenha sido integralizado.

82. Assinalar a alternativa INCORRETA.

A sociedade anônima:

- a) é sempre comercial, ainda que se dedique à exploração econômica de atividade lucrativa tipicamente civil, como é o caso da atividade agropecuária;
- b) pode ter um único acionista;
- c) admite a integralização do valor das ações subscritas pelo acionista mediante a outorga, à sociedade, de uma patente de invenção ou marca de fábrica;
- d) não pode dedicar-se a explorar serviços de medicina hospitalar.

83. Assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Se o proprietário de um título à ordem foi dele injustamente desapossado (por furto, roubo ou extravio), poderá reivindicá-lo do terceiro possuidor de boa fé, ressalvado a este o direito regressivo contra quem lho transmitiu, para deste haver o valor do título.
- b) Se alguém adquirir de boa fé título à ordem segundo o modo legal de circulação do título, de que o proprietário fora injustamente desapossado, não fica obrigado a restituí-lo, nem sofre a seqüela.
- c) Tratando-se de título ao portador, poderá ser reivindicado, pelo proprietário injustamente desapossado, do portador de boa fé, pela mesma forma que as coisas móveis em geral.
- d) Tratando-se de títulos nominativos, de que o proprietário foi injustamente desapossado, poderá este reivindicá-los, provando estarem registrados em seu nome nos livros da entidade emissora.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

84. Assinalar a alternativa correta.

O segurado, que deixa de exercer atividade que implique filiação obrigatória à Previdência, mantém a qualidade de segurado independentemente do recolhimento de contribuições:

- a) se retido ou recluso, somente até a data do livramento;
- b) pelo prazo equivalente a 1/3 (um terço) do respectivo tempo de filiação;
- c) por 12 meses após a cessação das contribuições, se não contar com mais de 120 contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado, caso em que o prazo é prorrogado para até 24 meses;
- d) enquanto comprovar, pelos meios previstos na lei, que está desempregado.

85. Assinalar a alternativa correta.

No atual regime previdenciário, aquele que perdeu a qualidade de segurado e, posteriormente, filiou-se novamente à Previdência:

- a) pode computar as contribuições relativas à filiação anterior à Previdência para fins de carência, desde que já tenha cumprido no mínimo 1/4 (um quarto) da carência exigível para benefício e tenha sido inscrito na Previdência até 24 de julho de 1991;



- b) pode computar as contribuições relativas à filiação anterior à Previdência para fins de carência, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) da carência exigível para o benefício em questão;
- c) tem de cumprir integralmente toda a carência exigível para benefício, não aproveitando as contribuições anteriores, tendo em vista que a perda da qualidade de segurado acarreta a perda dos direitos a ela inerentes;
- d) pode somar as contribuições relativas às duas filiações sem qualquer outra condição, se se tratar de segurado empregado.

86. Assinalar a alternativa correta.

“A” inscreve-se na Previdência como contribuinte individual (trabalhador autônomo), comprovando o exercício da atividade nos últimos cinco anos e recolhendo as respectivas contribuições retroativamente. Menos de um mês depois da inscrição, é acometido de doença incapacitante. Nessas circunstâncias, “A”:

- a) não faz jus a benefício por incapacidade em qualquer hipótese;
- b) faz jus a benefício por incapacidade em qualquer hipótese, a auxílio-doença, se a incapacidade for temporária, e a aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for permanente;
- c) por falta de carência, não faz jus a benefício por incapacidade a não ser que a doença se enquadre no rol das enfermidades que a dispensam;
- d) não faz jus a qualquer benefício por incapacidade, mas tem direito à devolução das contribuições sob a forma de pecúlio.

87. Assinalar a alternativa correta.

Na condição de dependente do segurado da Previdência Social, faz jus aos benefícios sem que seja exigível prova da dependência econômica:

- a) a filha solteira, independentemente da idade;
- b) a mãe, desde que viúva;
- c) o companheiro;
- d) o irmão, desde que menor de idade.

88. Assinalar a alternativa correta.

O cálculo do fator previdenciário, elemento aplicado na apuração do valor dos benefícios instituído pela Lei 9.876/99, é elaborado a partir das seguintes variáveis:

- a) o grau de insalubridade ou periculosidade da atividade, o sexo e a idade do segurado ao se aposentar;
- b) a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de sobrevida do segurado ao se aposentar;
- c) a espécie de segurado, o tempo de contribuição e a idade do segurado ao se aposentar;
- d) a natureza da atividade e a expectativa de sobrevida do segurado ao se aposentar.

89. Assinalar a alternativa correta.

A incapacidade laboral proveniente de doença de que o segurado já era portador quando se filiou à Previdência:

- a) não enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez em nenhuma hipótese;
- b) somente enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se o segurado comunicou à Previdência a existência da enfermidade quando da filiação;
- c) enseja direito a auxílio-doença, mas não a aposentadoria por invalidez;
- d) enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for posterior à filiação, resultando do agravamento ou progressão da doença.



90. Assinalar a alternativa correta.

Os benefícios de prestação continuada, no caso de regime de economia familiar, em atividade rural:

- a) são concedidos a cada um dos membros do grupo familiar que preencher os requisitos legais para a sua percepção;
- b) cabem ao chefe ou ao arrimo, mas devem ser rateados proporcionalmente entre todos os componentes do grupo;
- c) cabem ao chefe ou ao arrimo de família, na proporção de 50%, sendo o restante rateado entre os demais componentes do grupo;
- d) cabem somente ao chefe ou arrimo de família.

91. Assinalar a alternativa correta.

A partir da Lei 9.032/95:

- a) a aposentadoria especial passou a ser concedida apenas ao segurado que implemente o requisito de idade mínima de cinquenta anos;
- b) a aposentadoria especial foi assegurada apenas aos trabalhadores que já haviam implementado um determinado percentual dos requisitos para sua obtenção, não sendo mais cabível sua concessão aos demais segurados;
- c) o direito à aposentadoria especial passou a depender mais das condições de trabalho nocivas à saúde efetivamente enfrentadas pelo segurado e menos da categoria profissional em que ele se enquadra;
- d) passou a ser autorizada a conversão de tempo de serviço comum em tempo de serviço exercido em condições especiais, para fins de concessão de aposentadoria especial, bem como a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em tempo de serviço comum, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço comum.

92. Assinalar a alternativa correta.

A partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pode-se afirmar que:

- a) foi aumentada a idade exigida para a concessão de aposentadoria por idade;
- b) foram abrandados os critérios a serem aplicados na comprovação do exercício de atividade rural pela mulher trabalhadora em regime de economia familiar;
- c) foi instituída a aposentadoria por tempo de contribuição em substituição à aposentadoria por tempo de serviço;
- d) foi extinta a aposentadoria especial.

93. Assinalar a alternativa correta.

Quanto ao benefício de pensão por morte no atual regime (Lei 8.213/91):

- a) independe de carência;
- b) no caso de destinação aos dependentes, para o reconhecimento do direito, é irrelevante o fato do *de cujus* não deter a qualidade de segurado à época do óbito;
- c) o fato de o dependente já perceber benefício de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez obsta o direito à pensão;
- d) havendo mais de um pensionista, a parte daquele cujo direito à pensão cessar não reverte em favor dos demais pensionistas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

94. Assinalar a alternativa correta.



- a) A extradição de brasileiro naturalizado é possível independentemente da natureza do crime cometido, desde que praticado antes da naturalização.
- b) A extradição de brasileiro naturalizado é possível em crime de qualquer natureza, praticado após a naturalização.
- c) A extradição de brasileiro nato é possível em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, na forma da lei.
- d) A extradição de brasileiro naturalizado é possível, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização.

95. Assinalar a alternativa correta.

- a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de considerar insuscetíveis de cumprimento, no Brasil, as cartas rogatórias passivas de caráter executório, em quaisquer condições.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de considerar insuscetíveis de cumprimento, no Brasil, as cartas rogatórias passivas de caráter executório, ressalvadas aquelas expedidas com fundamento em atos ou convenções internacionais de cooperação interjurisdicional.
- c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que, se a carta rogatória passiva de caráter executório provém de país integrante de tratado ou acordo de integração (por exemplo, o Mercosul), a mesma é suscetível de cumprimento imediato.
- d) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que, em qualquer hipótese, a sentença estrangeira para ser executada necessita de prévia homologação pelo STJ.

96. Assinalar a alternativa correta.

- a) O banimento é um instituto que, pelo ordenamento jurídico brasileiro, pode ser aplicado somente a brasileiros natos.
- b) O banimento é um instituto que, pelo ordenamento jurídico brasileiro, pode ser aplicado a brasileiros natos e naturalizados.
- c) O banimento é um instituto aplicável somente a brasileiros naturalizados.
- d) Nenhuma das respostas anteriores.

97. Assinalar a alternativa correta.

- a) O decreto de expulsão tem natureza de ato judicial.
- b) O decreto de expulsão tem natureza jurídica de ato administrativo discricionário, fundamentado na soberania do Estado, visando a sua proteção.
- c) A expulsão é a retirada forçada de estrangeiro do território nacional por parte da autoridade policial competente, motivada por sua entrada ou permanência irregular no país.
- d) A expulsão é a retirada forçada de estrangeiro clandestino ou impedido de entrar no território nacional, por autoridade policial, no momento da sua entrada no país.

98. Assinalar a alternativa correta.

- a) A competência internacional do juiz brasileiro para julgar demanda civil de estrangeiros domiciliados no Brasil é exclusiva e absoluta.
- b) A competência internacional do juiz brasileiro para julgar demanda civil de estrangeiros domiciliados no Brasil é relativa e concorrente.
- c) A competência internacional do juiz brasileiro é relativa para julgar ação que verse sobre imóvel situado no Brasil.



d) A competência internacional do juiz brasileiro é absoluta quando a ação se origina de fato ocorrido no Brasil ou de ato nele praticado.

99. Assinalar a alternativa correta.

- a) Todas as sentenças estrangeiras dependem de homologação pelo STF para terem eficácia no Brasil.
- b) As sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas não dependem de homologação pelo STF, pois não se constituem em título executivo judicial, podendo-lhes ser atribuído valor como documento, sem processo de delibação.
- c) Poderá ser homologada pelo STF sentença estrangeira, já transitada em julgado, relativa a sucessão *causa mortis* que dispõe sobre bem imóvel situado no Brasil.
- d) Nenhuma das respostas anteriores.

100. Assinalar a alternativa correta.

- a) Considerando que no Japão a legislação permite o divórcio mediante ato administrativo, tal ato não pode ser homologado pelo STF, pois não se trata de sentença judicial.
- b) Considerando que no Japão a legislação permite o divórcio mediante ato administrativo, para produzir efeitos no Brasil, esse deve ser homologado pelo STF.
- c) Para surtir efeitos no Brasil, o divórcio efetivado em outro país, em que a lei local não exija a intervenção do Judiciário, não necessita de homologação no Brasil.
- d) Para surtir efeitos no Brasil, o divórcio efetivado em outro país, independentemente da lei local exigir ou não a intervenção do Judiciário, não necessita de homologação, desde que o estrangeiro esteja domiciliado no Brasil, pois, nesse caso, aplica-se a regra da *lex domicilii*.



**X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO**

GABARITO DA PROVA SELETIVA

01. A	26. B	51. D	76. ANULADA
02. B	27. B	52. A	77. A
03. C	28. C	53. B	78. B
04. D	29. D	54. A	79. C
05. B	30. B	55. D	80. B
06. C	31. C	56. D	81. ANULADA
07. D	32. B	57. A	82. ANULADA
08. B	33. D	58. A	83. A
09. C	34. C	59. D	84. C
10. D	35. C	60. A	85. B
11. A	36. D	61. B	86. C
12. B	37. C	62. C	87. C
13. C	38. A	63. B	88. B
14. D	39. A	64. D	89. D
15. A	40. D	65. B	90. A
16. D	41. D	66. C	91. C
17. D	42. C	67. A	92. C
18. D	43. D	68. B	93. A
19. D	44. D	69. C	94. D
20. C	45. B	70. A	95. B
21. C	46. A	71. B	96. D
22. C	47. A	72. D	97. B
23. D	48. B	73. A	98. B
24. A	49. B	74. B	99. A
25. D	50. B	75. C	100. B



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. o candidato está recebendo um caderno de prova, que constará de uma sentença cível e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal;
2. a prova possui 03 (três) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início;
3. nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desde que desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas;
4. na redação da prova o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deverá ser feita de forma legível;
5. a prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis;
6. todas as folhas utilizadas pelo candidato deverão ser devolvidas, inclusive aquelas usadas como rascunho.



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO: Prolatar sentença cível, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em litisconsórcio com o Ministério Público Estadual, no foro federal de Florianópolis, Santa Catarina, contra a União e contra o Instituto Nacional do Seguro Social, pedindo a revisão da renda mensal inicial de todos os benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência da Constituição Federal de 1988, mediante a correção dos 24 primeiros salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo pelos índices das ORTNs, OTNs e BTNs, bem como a declaração de nulidade de todos os procedimentos de revisão de benefícios rurais que, instaurados com base no art. 5º da Lei nº 9.032/95, resultaram cancelados, e, ainda, a condenação genérica dos réus ao pagamento de indenização em favor de todos os portadores do HIV por transfusão de sangue na rede de saúde pública.

Nos dizeres da peça vestibular, a renda mensal inicial dos referidos benefícios foi fixada pela Administração Previdenciária com base em índices que não garantem a sua correta atualização, implicando redução real dos valores devidos, pelo menos a partir da Lei nº 6.423/77; o cancelamento dos benefícios ofendeu os princípios da publicidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, vulnerando situações jurídicas já consolidadas, pois a Autarquia limitou-se a entrevistar reservadamente os segurados, sem lhes oferecer nenhuma oportunidade concreta de defesa; e o Estado tem a obrigação constitucional de assegurar a saúde da população hipossuficiente, devendo responder objetivamente pela falhas do sistema.

Regularmente citados, os réus ofereceram resposta, argüindo, preliminarmente, a incompetência do Juízo, a ilegitimidade dos autores, a inviabilidade do litisconsórcio passivo e a impossibilidade jurídica dos pedidos, pois todos eles dizem respeito a direitos individuais homogêneos plenamente



disponíveis, além de que não encontram correspondência no direito positivo. No mérito, pediram a improcedência da ação, defendendo a correção dos índices utilizados, a regularidade dos cancelamentos e a inexistência de responsabilidade pela contaminação dos pacientes submetidos a transfusões de sangue.

Invocando o caráter alimentar dos pedidos, a penúria dos segurados da Previdência Social e a situação dramática das vítimas da AIDS, os autores requereram a antecipação da tutela.

Sem provas a serem produzidas em audiência, deixei as preliminares e o pedido de antecipação para decidir juntamente com o mérito e determinei que os autos me fossem conclusos para sentença.

É o relatório.

Observações:

1. Art. 5º da Lei nº 9.032/95:

“O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciará a partir de 60 (sessenta) dias e concluirá no prazo de até dois anos, a contar da data da publicação desta lei, programa de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, concedidos com base em tempo de exercício de atividade rural a partir da data de vigência da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de fazer diligências e apurar fraudes, irregularidades e falhas existentes.”

2. A Lei nº 6.423/67 estabeleceu base para a correção monetária.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Discorra a respeito da responsabilidade civil, com ênfase sobre os seguintes aspectos: a) conceito e elementos; dolo e culpa; b) teoria subjetiva da responsabilidade civil; presunções de culpa *juris tantum e juris et de jure*; crítica a esta teoria; c) teoria do risco e da responsabilidade objetiva e seus elementos; casos de responsabilidade sem culpa no Código Civil Brasileiro.

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

BRASILIANA DE TAL, solteira, iniciou sua vida profissional trabalhando como faxineira, empregada de um supermercado, de abril de 1986 a janeiro de 1993. Após, esteve desempregada até janeiro de 1996. Nesse ano de 1996, mais precisamente no mês de fevereiro, obteve novo emprego como faxineira de um condomínio. Trabalhou neste emprego por oito meses, até setembro, quando foi despedida. Transcorrido dois meses da despedida, sentindo-se doente por problemas respiratórios, requereu ao INSS o benefício de auxílio-doença, que foi indeferido por dois fundamentos: a) por falta de carência; b) porque, conforme a perícia médica realizada pela autarquia, a doença não a impedia de exercer outras atividades profissionais, desde que mais leves, que não exigissem esforço físico.

Brasíliana não conseguiu mais trabalho, vindo a falecer oito meses depois do desligamento do emprego, sendo a causa do óbito o enfisema pulmonar.

O pai de Brasília, viúvo, desempregado, requereu administrativamente ao INSS a pensão por morte da filha, benefício que foi indeferido sob os seguintes fundamentos: a) a “de cujus” não era mais segurada da Previdência Social quando faleceu, pois estava desempregada; b) era indispensável prova de que o requerente dependia economicamente da filha, o que no caso não havia; c) o requerente já percebia um benefício de pensão pela morte da esposa, sendo incabível o deferimento de outra pensão.

Aprecie o indeferimento dos dois benefícios independentemente um do outro, posicionando-se quanto ao seu acerto ou não, considerando cada um dos respectivos fundamentos expostos à luz da legislação aplicável.



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. o candidato está recebendo um caderno de prova, que constará de uma sentença penal e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal;
2. a prova possui 06 (seis) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início;
3. nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desde que desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas;
4. na redação das provas escritas o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deve ser feita de forma legível;
5. a prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis;
6. todas as folhas utilizadas pelo candidato deverão ser devolvidas, inclusive aquelas usadas como rascunho.



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

2ª PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO: Prolate sentença penal, utilizando como base, o seguinte relatório, proferido por Juiz Federal da Circunscrição Judiciária de Umuarama/PR.

O Ministério Público Federal, por seu Procurador, com sede funcional em Umuarama/PR (esclarecimento – trata-se de município situado próximo à fronteira Brasil/Paraguai), ofereceu denúncia, a este juízo, contra Tício Rurícola, proprietário e usuário de uma gleba, situada neste município, por haver vendido armas proibidas a Mévio Tobias, intermediário de organização criminosa. Este foi igualmente denunciado, na mesma inicial, por haver comprado as armas por solicitação da referida quadrilha, composta, no mínimo por seis integrantes, mantendo-as em depósito. Da mesma forma, denunciou Tício Rurícola e o gerente de banco Triboniano Albo por haverem, em comunhão de vontades e esforços, falsificado sessenta e dois certificados de depósitos bancários, com o fito de ocultar a origem do dinheiro obtido por Tício com a venda das armas.

Os fatos são narrados, pela denúncia, da seguinte forma:

Em data de 1º-01-2001, Tício Rurícola encontrou, casualmente, em sua terra, onde estavam enterrados, dez caixotes contendo armas de grosso calibre trazidas do Paraguai para o Território Nacional, por Antínuo Calavera, conhecido por suas atividades ilícitas e que, fora morto, em conflito com a polícia, dias depois, ao que tudo indica, de esconder os caixotes, quanto tentava novamente contrabandear mercadoria da mesma natureza.

Valendo-se da casualidade da descoberta e com intuito de lucro, Tício Rurícola, em 20 de janeiro, vendeu as armas a um



interessado que atuava como intermediário de uma quadrilha especializada em roubos a bancos, a qual já realizara assaltos em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, mas cujos membros até hoje não foram identificados. As armas foram, desde logo, escondidas pelo intermediário Mévio Tobias em outra propriedade rural, no mesmo município, em uma terra por ele previamente arrendada para fins semelhantes.

A polícia federal, em 02-05-01, encontrou as armas em poder do intermediário, que acabou preso em flagrante, tendo sido o auto respectivo devidamente homologado por este juízo. Interrogado pela autoridade policial, em ato presenciado por duas testemunhas, Mévio Tobias confessou integralmente a origem das armas e seu destino, informando, todavia, desconhecer os seis integrantes da quadrilha com quem mantivera contatos e que lhe haviam repassado o dinheiro destinado à compra, não sabendo suas identidades, eis que nos contatos realizados mantinham-se usando disfarces. Esclareceu também que a transação das armas alcançou a importância de R\$250.000,00.

No período que transcorreu entre a venda das armas ao intermediário Mévio Tobias e sua prisão, Tício Rurícola procurou seu compadre Triboniano Albo, gerente do Banco de Aplicações S.A., em Umuarama, a ele solicitando e dele obtendo falsificações de CDBs, num total de sessenta e dois documentos, correspondentes à importância total de R\$238.000,00, emitidos quando de aplicações feitas por terceiros inocentes, substituindo-se os nomes desses pelo de Tício Rurícola. A falsificação tinha a finalidade de proporcionar um simulacro de origem legal da importância total auferida. Na medida em que os títulos iam vencendo, isso de 10-02-01 a 30-04-02, Tício Rurícola depositava, sucessivamente, em seu nome, parcelas da quantia originada pela venda das armas, fazendo-o com perfeita equivalência ao valor do resgate do CDB vencido, enquanto Triboniano Albo entregava ao aplicador importância equivalente. Conseqüentemente, o aplicador ficava sem referencial quanto à origem da importância resgatada, pois do certificado de depósito não mais constava seu nome. Como era grande o número de falsificações e pequeno o montante aplicado pelos pequenos investidores,



difícilmente a fiscalização tributária teria condições de identificar a fraude.

Nas investigações policiais, foram ouvidos fiscais do Banco Central tendo estes desvendado as falsificações ao consultarem o livro de registro dos certificados expedidos. Feita perícia, constatou-se a adulteração dos nomes dos aplicadores, em lugar dos quais passou a constar o de Tício Rurícola. Ademais, o acusado Tício não dispunha de outros rendimentos que pudessem justificar as aplicações que, em seu total, atingiram a já referida importância de R\$238.000,00.

As armas apreendidas foram periciadas, constatando-se ser de R\$520.000,00 o seu valor. Concluíram, mais, os peritos que tais armas eram de “uso proibido”, tendo-se juntado o respectivo ato do Chefe do Poder Executivo Federal, expedido com base em proposta do Ministério da Defesa, quanto a essa classificação.

Com base nesses fatos, o Ministério Público capitulou a conduta dos acusados da seguinte forma: (a) Tício Rurícola, por ter vendido as armas de uso proibido, praticara o crime previsto no art. 10 da Lei nº 9.437/97; (b) Mévio Tobias, por haver adquirido e mantido as armas em depósito, para repassá-las para uma quadrilha, realizara as condutas previstas no art. 10 do mesmo diploma legal e no art. 288 do Código Penal, este combinado com os arts. 29 e 69 do mesmo estatuto; (c) Tício Rurícola e Triboniano Albo, por haverem, em co-autoria e concurso material, arts. 29 e 69 do Código Penal, praticado sessenta e duas vezes, o crime previsto no art. 9º da Lei nº 7.429/86, e o delito do art. 1º, III e IV, da Lei nº 9.613/98, combinados com o art. 69 do Código Penal, consistente em realizarem depósitos de dinheiro de procedência ilegal, de modo a ocultarem sua origem.

A denúncia foi recebida em 24-05-01. Interrogados, Tício Rurícola e Triboniano Albo negaram as imputações, argumentando que o dinheiro aplicado era fruto de longa poupança feita pelo primeiro, guardado paulatinamente em casa, de forma não convencional. Mévio Tobias confessou haver adquirido as armas de



Tício Rurícola, depositando-as em uma gleba que arrendara. Negou, todavia, que dispusesse de condições para identificar os membros da quadrilha para quem comprara as armas, limitando-se a contatos com pessoas disfarçadas que lhe entregaram o dinheiro destinado à compra do armamento.

A pedido da defesa, foram refeitas e confirmadas as perícias procedidas durante as indagações policiais.

A prova testemunhal demonstrou que Tício Rurícola e Triboniano Albo eram pessoas com histórias sociais abonadas, participantes de serviços comunitários, sendo que Tício Rurícola lutava com graves dificuldades econômicas, pois necessitava manter tratamento médico especial e muito caro em decorrência de grave enfermidade de um filho menor, afilhado de Triboniano. A par disso, Tício já fora condenado criminalmente, com trânsito em julgado há mais de cinco anos, por lesões corporais graves, fato ocorrido em clube social de sua cidade, estando, atualmente, a responder a dois processos por emissão de cheques sem fundos, ainda não julgados em primeiro grau.

Mévio Tobias não tinha profissão definida e, vivia de expedientes, havendo circunstâncias que o apontavam como intermediário de negócios escusos.

Encerrada a instrução, fluiu *in albis*, para Tício Rurícola, o prazo do art. 499 do CPP. A defesa de Triboniano Albo juntou certidão de óbito de seu cliente, documento devidamente autenticado, acompanhado de provas de colisão de carros de que resultou a morte do acusado na emergência de hospital de Curitiba, onde o acidentado fora internado em coma profundo, tendo resistido pouco mais de uma hora, segundo atestado médico. O advogado de Mévio Tobias igualmente comprovou sua morte, por atestado de óbito autenticado, além de documentos médicos comprobatórios de infarto cardíaco.



No prazo do art. 500, o Ministério Público reiterou o pedido condenatório de Tício Rurícola formulado na denúncia, por entender comprovada sua culpabilidade.

A defesa desse acusado postulou sua absolvição. Em caso de condenação, pleiteou o reconhecimento de um crime único, diante dos princípios da consunção e especialidade, com a aplicação de pena mínima, mas substituída por sanção restritiva de direito.

Os autos vieram conclusos. Passo a decidir.

2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Conexão Brasil Ltda. e Município de Santo Ângelo – RS, em razão dos seguintes fatos:

I – os requeridos, recentemente, assinaram termo de cooperação técnica e financeira com o objetivo de restaurar o conjunto arquitetônico das Missões Jesuíticas em Santo Ângelo/RS. Coube ao IPHAN avaliar todo o conjunto e autorizar o desmonte e saída do país, bem como o empréstimo à empresa Conexão Brasil Ltda., da edificação principal, igreja do centro do conjunto arquitetônico;

II – o Município de Santo Ângelo obrigou-se a autorizar o desmonte e a saída do país, por empréstimo, para exposição em New York, USA, Museu Guggenheim e Bilbao, Espanha, durante o primeiro semestre de 2002, bem como a divulgação da obra arquitetônica e do projeto de sua restauração;

III – Conexão do Brasil Ltda. obrigou-se a segurar os objetos e peças transportadas e, ao retorno, restaurar todo o conjunto tal qual se encontrava no período histórico das missões jesuíticas;



IV – a saída do conjunto arquitetônico está prevista para janeiro de 2002 e as providências para o desmonte da construção principal, a igreja, está prevista para o final de dezembro de 2001.

Diante desses fatos e considerando tratar-se de bens tombados, bem como levando-se em consideração os compromissos internacionais do Brasil, e ainda os ataques terroristas de 11-09-2001, discorrer sobre os fundamentos para deferir ou não a liminar solicitada. Há de ser considerado, ainda, que a União apressou-se em pedir o seu ingresso na ação, ao amparo do disposto na Lei 9.469/97, trazendo manifestação do Eminentíssimo Ministro das Relações Exteriores sobre a possível imagem negativa do Brasil no exterior com o cancelamento da exposição.

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

O Banco do Brasil S.A. ajuizou Mandado de Segurança em face ao Delegado da Receita Federal de Florianópolis (poderia ser de Curitiba, ou de Porto Alegre).

No “writ” é pedida ordem tendo por objeto o reconhecimento da coação ilegal da autoridade, em razão de sua requisição de “quebra” de sigilo bancário de cliente do banco impetrante, que está sendo objeto de investigação fiscal, regularmente instaurada.

Alega o Banco do Brasil que os dados solicitados estão protegidos por sigilo bancário, previsto no art. 38 da Lei nº 4.595/64 e no art. 10 da Lei Complementar nº 105/2001. Há pedido de liminar, visando sustar o ato apontado coator.

Solicita-se ao candidato que, ao decidir tal liminar, como se juiz fosse, discorra na fundamentação sobre o Poder de Investigação do Estado, o direito ao sigilo de dados, sigilo bancário, fiscal, atuação da Administração Pública e sobre o Princípio da Reserva Judiciária.